

**PROTOCOLO PARA O ESTABELECIMENTO DAS BASES DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA**

ENTRE

**Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação
e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.**

E

Águas do Centro Litoral, S.A

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the bottom.

ENTRE:

Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A., adiante designada por **Polis Litoral Ria de Aveiro** ou por **primeira outorgante**, pessoa coletiva n.º 508 914 698, com sede no Parque de Exposições de Aveiro, na Rua D. Manuel de Almeida Trindade, em Aveiro, neste ato representada por Celina Isabel Silva Ramos de Carvalho, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração.

e

Águas do Centro Litoral, S.A., adiante designada por **AdCL** ou por **segunda outorgante**, pessoa coletiva nº 513 606 181, com sede na ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra, neste ato representada por Nelson Carlos Geada de Sousa, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e em cumprimento da deliberação do Conselho de Administração de 18/01/2017

doravante, em conjunto, designadas por **Partes**

CONSIDERANDO:

- A) Que a Polis Litoral Ria de Aveiro é a entidade a quem, no âmbito do Polis Litoral Ria de Aveiro – Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, incumbe a responsabilidade pela **gestão, coordenação e execução do investimento** a realizar naquela área de intervenção, nos termos definidos no respetivo **plano estratégico**;
- B) Que a Polis Litoral Ria de Aveiro prossegue as suas atividades em torno dos seguintes **eixos estratégicos**:
 - a) Eixo 1 — proteção e requalificação da zona costeira e lagunar visando a prevenção de riscos — agrega os projetos que visam a consolidação do sistema dunar e o reforço das margens lagunares, garantindo, assim, a preservação do sistema dunar e lagunar e a minimização de situações de risco de pessoas e bens;
 - b) Eixo 2 — proteção e valorização do património natural e paisagístico — agrega as intervenções de requalificação e valorização de áreas naturais em Rede Natura pela melhoria das condições de base que permitam aliar a preservação do património natural à vivência da ria de Aveiro;

- c) Eixo 3 — valorização dos recursos como fator de competitividade económica e social — agrega um conjunto de projetos que permitam valorizar e potenciar os recursos da ria de Aveiro, garantindo-lhe uma posição de destaque no contexto da região em que se insere;
 - d) Eixo 4 — promoção e dinamização da vivência da ria de Aveiro — agrega os projetos e ações de ordenamento dos canais de navegação de forma a promover a mobilidade e navegabilidade da ria de Aveiro, a requalificação das frentes lagunares e as ações de informação e promoção territorial de acordo com uma estratégia una que permita, simultaneamente, organizar e assegurar a existência de respostas eficazes e qualificadas para as diferentes necessidades dos que trabalham, dos que vivem e dos que visitam a ria de Aveiro.
- C) O relevante **interesse público nacional** da realização das intervenções aprovadas ao abrigo do Programa Polis Litoral Ria de Aveiro – Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, objeto da Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro;
- D) Que a Polis Litoral Ria de Aveiro se encontra a elaborar o **projeto de execução de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Ria de Aveiro**, sujeito a Estudo de Impacte Ambiental e cuja Declaração de Impacte Ambiental foi emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, IP, em 19 de abril de 2016;
- E) Que, no âmbito da consulta às entidades externas interessadas, a AdCL informou *“que a conduta existente no Canal de Mira encontra-se implantada a uma cota que não pode ser compatível com a intenção de ter o fundo do canal à cota -0,50 m (ZH). Alerta que no EIA apenas é representada a infraestrutura existente no Canal de Mira, estando em falta a do Canal de Ílhavo, onde também se deve ter a máxima atenção na realização das intervenções neste canal.”*;
- A) Que a AdCL é proprietária da referida conduta, competindo-lhe, nomeadamente, a obrigação da sua manutenção e reabilitação, nos termos do contrato de concessão outorgado no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 92/2015, de 29 de maio;
- B) Que efetivamente se constata que o emissário situado no canal de Mira se encontra implantado a uma cota não compatível com a intenção de ter o fundo do canal à cota -0,50m (ZH), dado que a atual cota da geratriz superior da conduta se encontra acima da cota a que se pretende dragar;
- C) Que o emissário no canal de Ílhavo se encontra a uma cota que não permitirá, após a dragagem, o recobrimento mínimo de segurança de 0,5 m;



- D) Que se torna **necessário o rebaixamento da conduta que atravessa os Canais de Mira e de Ílhavo**, na zona do canal de navegação, por forma a não condicionar o desenvolvimento da empreitada **de transposição de sedimentos, para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Ria de Aveiro**, que se prevê lançar em 2017;
- E) Que a Polis Litoral Ria de Aveiro pretende candidatar ao POSEUR esta empreitada, visando a sua comparticipação financeira comunitária;
- F) Que os trabalhos de rebaixamento da referida conduta sendo complementares da empreitada mencionada no ponto anterior, beneficiarão da referida comparticipação comunitária;
- G) Que as Partes consideram de interesse mútuo, para prossecução das respetivas atribuições, a concertação de interesses recíprocos, decorrendo desta parceria vantagens para ambas, no âmbito desta Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro.

Assim, é celebrado o presente Protocolo que se rege pelas disposições constantes das cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto e Âmbito do Protocolo)

1. Constitui objeto do presente Protocolo o estabelecimento das bases de cooperação técnica e financeira entre a Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro e a AdCL para promover os trabalhos de rebaixamento da conduta que atravessa os Canais de Mira e de Ílhavo.
2. O âmbito deste Protocolo incide sobre a zona de intervenção da Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro, na área descrita na cláusula segunda.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Área de Intervenção)

A ação a desenvolver ao abrigo do presente protocolo – rebaixamento da conduta – localiza-se nos Canais de Mira e de Ílhavo, encontrando-se indicada na planta que se apresenta em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Ações a desenvolver)

No âmbito da intervenção definida na cláusula anterior serão desenvolvidas as seguintes ações:

- a) A elaboração do projeto de execução de rebaixamento da conduta que atravessa os Canais de Mira e de Ílhavo, pela AdCL;
- b) A realização das empreitadas em simultâneo - transposição de sedimentos e rebaixamento da conduta -, a levar a cabo pela Polis Litoral Ria de Aveiro;
- c) A contratação da respetiva fiscalização pela Polis Litoral Ria de Aveiro;
- d) A candidatura das duas ações – transposição de sedimentos e rebaixamento da conduta – a financiamento comunitário POSEUR, pela Polis Litoral Ria de Aveiro.

CLÁUSULA QUARTA

(Obrigações das partes)

1. A Polis Litoral Ria de Aveiro compromete-se a executar todos os procedimentos necessários à execução das ações referidas nas alíneas b), c) e d) da cláusula terceira, observando, designadamente, o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e no regime de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, caso aplicável.
2. A AdCL compromete-se, a elaborar e fornecer à Polis Litoral Ria de Aveiro o projeto de execução de rebaixamento da conduta que atravessa os Canais de Mira e de Ílhavo, previsto na alínea a) da cláusula terceira, para cotas compatíveis com as cotas a dragar pela Polis Litoral Ria de Aveiro, no âmbito da ação “transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Ria de Aveiro”.
3. O referido projeto de execução, a elaborar pela AdCL, deverá ser entregue à Polis Litoral Ria de Aveiro até 30 de abril de 2017, com todos os elementos necessários à execução da respetiva empreitada e devidamente licenciado pelas entidades competentes.
4. A ACL compromete-se a prestar diretamente, ou através do seu projetista, a assistência técnica à obra de rebaixamento da conduta, incluindo apoio nos eventuais esclarecimentos e/ou erros e omissões que possam surgir aquando do concurso da empreitada, ou outros esclarecimentos que forem solicitados pela Polis Litoral Ria de Aveiro ou entidades envolvidas no processo, nomeadamente Programas Operacionais.

CLÁUSULA QUINTA

(Transferência financeira da AdCL)

1. No âmbito do desenvolvimento da empreitada de rebaixamento da conduta referida na cláusula terceira, a AdCL compromete-se a assumir a participação nacional desta obra e da respetiva fiscalização, transferindo para

a Polis Litoral Ria de Aveiro, a verba prevista na estimativa orçamental do projeto de execução (acrescido de IVA), a efetuar em duas prestações, nos seguintes termos:

- a) A 1.^a prestação: 30%, no prazo de 30 dias contados da data de consignação da obra;
 - b) A 2.^a prestação: 70%, no prazo de 30 dias após a conclusão dos trabalhos de rebaixamento da conduta.
2. No caso da empreitada de rebaixamento da conduta não ser elegível a fundos comunitários, em parte ou na sua totalidade, a AdCL compromete-se ainda a assumir a comparticipação financeira dos trabalhos não elegíveis da empreitada e respetiva fiscalização.
3. Com a conclusão do contrato da obra e da fiscalização, o valor da comparticipação nacional a assumir pela AdCL será ajustado em conformidade.

CLÁUSULA SEXTA

(Autorizações)

A AdCL apoiará ativamente as ações da Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro, designadamente nos processos que careçam da sua autorização, comprometendo-se a colaborar na obtenção dos pareceres ou licenças que sejam necessariamente requeridos a outras entidades.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Acompanhamento e verificação)

O acompanhamento da execução dos trabalhos objeto do presente Protocolo é efetuado por representantes das Partes, a designar no prazo de 8 (oito) dias após a data da assinatura do mesmo, garantindo-se desta forma uma maior eficiência e eficácia, bem como fiabilidade na matéria acordada.

CLÁUSULA OITAVA

(Alterações)

O presente Protocolo só poderá ser modificado por acordo escrito assinado por ambas as Partes.

CLÁUSULA NONA

(Vigência)

1. O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e cessa com a conclusão da empreitada de rebaixamento da conduta e com o pagamento da 2ª prestação prevista na cláusula quinta.

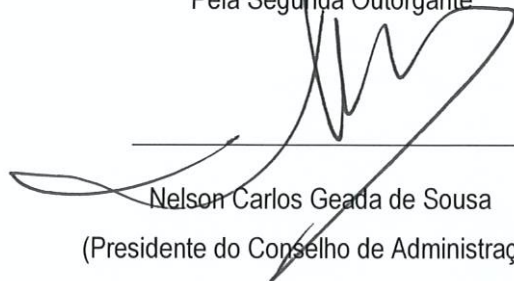
Feito em duplicado, um original para cada uma das partes signatárias, aos 19/01/2017

Pela Primeira Outorgante



Celina Isabel Silva Ramos de Carvalho
(Presidente do Conselho de Administração)

Pela Segunda Outorgante



Nelson Carlos Gueda de Sousa
(Presidente do Conselho de Administração)

ANEXO 1

Localização da conduta que atravessa os canais de Mira e de Ílhavo



ANEXO 2

Anteprojeto “Transposição de sedimentos, para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Ria de Aveiro”, incluindo Declaração de Impacte Ambiental emitida em 19 de abril de 2016

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and strokes, positioned above a horizontal line.

